



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde
Divisão de Monitoramento e Apoio Técnico

DESPACHO

DIMATEC/FNS/SE/MS

Brasília, 04 de maio de 2021.

Referência: 25000.065498/2021-10

Assunto: Requerimento nº 98/2021 - CIPANDEMIA

1. Trata-se do Requerimento em epígrafe, remetido ao Fundo Nacional de Saúde - FNS conforme Despacho ASPAR ([0020324778](#)) e Despacho GAB/SE ([0020349891](#)), o qual requer prestação de informações deste Ministério da Saúde acerca de:

1) Arquivo eletrônico (planilha) contendo os registros (data, hora, local, participantes, objetivo etc) das reuniões e viagens realizadas em razão da pandemia de covid-19, no período da gestão do ex-ministro Eduardo Pazuello, pelas seguintes autoridades:

- a) Eduardo Pazuello;
- b) Antônio Elcio Franco Filho;
- c) Luiz Otávio Franco Duarte;
- d) Airtton Antônio Soligo.

2) Arquivo eletrônico (planilha) contendo os registros (data, beneficiário, objeto etc) dos repasses financeiros realizados a Estados, Distrito Federal e Municípios em razão da pandemia de Covid-19.

2. O requerente se pauta na instauração da CIPANDEMIA, que busca apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originários da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato da coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus "sars-cov-2", limitado à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

3. Posto isto, tendo em vista a matéria em destaque, temos a informar que este Fundo Nacional de Saúde – FNS não detém competência para manifestação relativa ao item 1, em virtude dos normativos que o definem e o delimitam, nos termos do art. 5º do Decreto nº 3.964/2001 e art. 7º do Decreto nº 9.795/2019, a saber:

Decreto nº 3.964/2001

[...]

Art. 5º Ao Diretor-Executivo do FNS compete:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades da Diretoria-Executiva do FNS, inclusive das unidades de convênios e gestão do Ministério da Saúde nas unidades federadas;

II - ordenar o desenvolvimento das ações da Diretoria-Executiva do FNS, mediante a expedição de atos;

III - com vistas à destinação de recursos para aplicação em ações e serviços de saúde vinculados ao SUS, movimentar as contas do FNS para:

a) despesas correntes e de capital da administração direta e indireta do Ministério da Saúde por meio de repasses financeiros, na forma prevista no [art. 2º da Lei nº 8.142, de 1990](#); e

b) despesas correntes e de capital de outras entidades públicas federais, por meio de portaria ou instrumento similar, para aplicação em ações e serviços de saúde vinculados ao SUS;

IV - praticar os atos de gestão orçamentária e financeira e contábil relativos ao orçamento do FNS;

V - exercer a prerrogativa de ordenador de despesas da unidade gestora do FNS e, por subdelegação de competência, das demais unidades gestoras;

VI - zelar, no que lhe couber, pela regularidade e exatidão das transferências de recursos do FNS para os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e para outras entidades e profissionais conveniados, credenciados ou contratados junto ao SUS;

VII - fornecer às autoridades do SUS nas três esferas de governo e aos Conselhos de Saúde os elementos e as informações que lhe forem requeridos, além de criar mecanismos para disponibilizar informações para toda a sociedade, relativos aos custeios, investimentos e financiamentos de programas e projetos do Ministério da Saúde;

[...]

Decreto nº 9.795/2019

[...]

Art. 7º À Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde compete:

I - orientar e supervisionar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos alocados ao Fundo Nacional de Saúde;

II - orientar e supervisionar a gestão das fontes de arrecadação e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros alocados ao Fundo Nacional de Saúde;

III – orientar e supervisionar as transferências de recursos financeiros destinados às ações e aos serviços de saúde executados no âmbito do SUS;

IV – orientar e supervisionar a execução de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres com recursos alocados ao Fundo Nacional de Saúde;

V - orientar e supervisionar a execução de análises técnico-econômicas de propostas de investimentos em infraestrutura física e tecnológica para ações e serviços de saúde;

VI - desenvolver ações de cooperação técnica nas áreas orçamentária, financeira e contábil para subsidiar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas de saúde;

VII - desenvolver mecanismos de transparência e disponibilização de informações relativas aos recursos destinados a ações e serviços públicos em saúde; e

VIII - instaurar processo de tomada de contas especial dos recursos do SUS alocados ao Fundo Nacional de Saúde.

[...]

4. Ademais, cabe ressaltar que o Fundo Nacional de Saúde-FNS, unidade meio e **integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde, vinculada à Secretaria-Executiva, é o agente financeiro (unidade pagadora/transferidora)**, na esfera federal, dos recursos denominados “fundo a fundo”, e utilizados para a execução de ações de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde-SUS, **recursos esses cujos pagamentos são intitulados e autorizados pelas Secretarias finalísticas e destinados ao financiamento de diversos programas e ações governamentais sob a responsabilidade dessas.**

5. No que diz respeito à transparência relativa à transferência de recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destacamos que todos os repasses repassados aos Gestores locais do SUS, inclusive os relativos às ações de combate à Covid-19, estão disponíveis para consulta no Portal do Fundo Nacional de Saúde (<http://www.portalfns.saude.gov.br>), (no caso da COVID, opção consulta de pagamentos detalhada, nos blocos custeio e investimento, grupo “CORONAVÍRUS – COVID-19”), podendo

ser acessadas por qualquer interessado, visualizando-se, em tempo real, todas as transferências realizadas.

6. Ainda como ferramenta que viabiliza a realização do controle dos gastos públicos, inclusive o controle social, o FNS desenvolveu e disponibilizou painéis com informações de todos os repasses que realiza, os quais podem ser acessados em https://painelms.saude.gov.br/extensions/Portal_Paineis/Portal_Paineis.html, instrumentos de suma importância ao cumprimento dos princípios da publicidade e transparência, bem como da consecução da efetividade e eficiência dos serviços públicos de saúde.

7. Também a título informativo, convém destacar que, até o presente momento, existem 69.513 (sessenta e nove mil, quinhentas e treze) contas abertas pelo Governo Federal em instituições bancárias oficiais federais em favor dos fundos locais de saúde (estaduais, Municipais e distrital), fundos esses que são ordenadores locais das despesas executadas em atendimento às suas necessidades regionalizadas e devidamente planejadas em seus planos de saúde, contando com repasses da ordem de R\$560.633.405.000,75 (quinhentos e sessenta bilhões, seiscentos e trinta e três milhões, quatrocentos e cinco mil, e setenta e cinco centavos).

8. Nestes termos, relativo ao item 2, no âmbito de competência deste FNS, acostamos ao presente planilha das transferências fundo a fundo aos entes federados, correspondentes aos exercícios de 2020 e 2021 ([0020350651](#)).

À **ASPAR** e ao **GAB/SE**, em restituição, para ciência e providências que entenderem cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Dárcio Guedes Junior, Diretor(a)-Executivo(a) do Fundo Nacional de Saúde**, em 04/05/2021, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0020350898** e o código CRC **49EEB23A**.